

**SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA, SANEAMENTO BÁSICO E INFRAESTRUTURA – SEMASA**  
**CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2021**

Parecer da banca elaboradora referente aos recursos interpostos pelos candidatos sobre as questões de prova.

**CARGO: MONITOR DE SANEAMENTO**

**QUESTÃO 02**

**Questão 02) TEXTO** O governador Carlos Moisés (sem partido) sancionou, no final da tarde desta quarta-feira (3), a lei que institui o ensino domiciliar em Santa Catarina. O modelo, conhecido como "homeschooling" (educação em casa em inglês), entra em vigor 90 dias após publicação de decreto no Diário Oficial. Alvo de debate entre parlamentares e comunidade escolar, a modalidade prevê que a educação fique sob responsabilidade dos pais ou tutores responsáveis, com supervisão e avaliação periódica da aprendizagem pelos órgãos dos sistemas de ensino do município em que residem.

Fonte: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/11/03/homeschooling-lei-que-autoriza-educacao-domiciliar-e-sancionada-em-sc.ghtml>

Sobre o texto acima, assinale a alternativa **correta**:

- A** ⇒ O Ministério da Educação (MEC), irá organizar as avaliações e atividades que os pais ou tutores responsáveis irão aplicar aos alunos do modelo "homeschooling".
- B** ⇒ Somente o governo estadual poderá fazer a supervisão, avaliação e aplicação das avaliações no modelo "homeschooling".
- C** ⇒ O "homeschooling", prevê que a educação fique sob responsabilidade dos pais ou tutores responsáveis, a supervisão da aprendizagem ficará sob responsabilidade dos órgãos de ensino do município de residência do aluno.
- D** ⇒ A Secretaria de Educação do Estado de Educação (SED) de Santa Catarina, fará o acompanhamento do desempenho das atividades do "homeschooling".

**Parecer:**

A questão 02 teve como interpretação o texto do portal G1 do dia 03/11/2021, se posteriormente houve alteração no enredo, não altera a interpretação da questão.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 03**

**Questão 03)** Faça uma leitura cuidadosa da ilustração abaixo e assinale a alternativa **correta**.



Fonte: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/06/07/vacinacao-no-brasil-quase-50-milhoes-ja-tomaram-a-primeira-dose-de-vacinas-contra-a-covid.ghtml>

- A** ⇒ Estados como São Paulo, Pernambuco, Amazonas e Santa Catarina, apresentavam no mês de junho de 2021 um percentual de vacinação da 2ª dose, abaixo dos 9%.
- B** ⇒ No mês de junho de 2021, o estado do Rio Grande do Sul apresentou a maior taxa de vacinação da 2ª dose da Região Sul.
- C** ⇒ O Estado de Minas Gerais, apresentava no mês de junho de 2021, a mais alta taxa de vacinação da 2ª dose da Região Sudeste.
- D** ⇒ A Região Centro-Oeste registrou no período as mais baixas taxas de vacinação do território nacional.

**Parecer:**

A questão foi elaborada com uma boa resolução de imagem, para não causar dúvidas com a interpretação da questão. A alternativa B, aponta o Estado do Rio Grande do Sul com maior número de vacinados na Região Sul, por esse motivo está correta.

**QUESTÃO 04**

**Questão 04)** Observe o texto abaixo e assinale a alternativa adequada no que se refere ao pensamento da personagem Mafalda:



Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/blog/arte-ao-redor/15-tirinhas-mafalda-quino/>. Acessado em 11/11/21.

- A ⇒ Mafalda reflete sobre como os noticiários veiculam notícias ruins.
- B ⇒ Mafalda não acredita nas notícias divulgadas pela imprensa.
- C ⇒ Mafalda afirma que os noticiários deveriam sempre divulgar a verdade.
- D ⇒ Mafalda sugere que os noticiários sempre divulguem boas notícias.

#### Parecer:

O candidato se queixa de que “nenhuma das alternativas expressam o pensamento da personagem apresentada, que é de que está acontecendo tantas coisas ruins no mundo atualmente, que ela gostaria que os jornais nos enganassem um dia noticiando coisas boas.” O candidato, em sua queixa, apresenta exatamente a resposta da questão “está acontecendo tantas coisas ruins no mundo atualmente”. Ora, o enunciado solicita a alternativa adequada, dentre as apresentadas. Como sugere o candidato “ela gostaria que os jornais nos enganassem um dia noticiando coisas boas.”, exatamente porque, como afirma a resposta da questão, “Mafalda reflete sobre como os noticiários veiculam notícias ruins.” ou seja, ela gostaria de uma edição semanal de notícias boas, diante de tantas notícias ruins, mesmo que as boas não fossem verdadeiras.

A utilização de balão que é ligado ao personagem com bolinhas é indicador de pensamento. Isso é padrão nesses gêneros textuais com linguagem verbal e não verbal. Há balões que indicam grito, os simples de fala.

#### Decisão:

**Manter questão.**

### QUESTÃO 05

**Questão 05)** Leia os dois textos a seguir para responder à questão:

**TEXTO 1:**

Além da Imaginação – Ulisses Tavares

Tem gente passando fome.  
E não é a fome que você imagina  
entre uma refeição e outra.

Tem gente sentindo frio.  
E não é o frio que você imagina  
entre o chuveiro e a toalha.

Tem gente muito doente.  
E não é a doença que você imagina  
entre a receita e a aspirina.

Tem gente sem esperança.  
Mas não é o desalento que você imagina  
entre o pesadelo e o despertar.

Tem gente pelos cantos.  
E não são os cantos que você imagina  
entre o passeio e a casa.

Tem gente sem dinheiro.  
E não é a falta que você imagina  
entre o presente e a mesada.

Tem gente pedindo ajuda.  
E não é aquela que você imagina  
entre a escola e a novela.

Tem gente que existe e parece imaginação.

(TAVARES, Ulisses. Viva a poesia viva – São Paulo: Saraiva, 1997. p.57.)

## TEXTO 2:



Disponível em: <https://clubedamafalda.wordpress.com/2011/05/24/desigualdade-social-e-a-percepcao-infantil/>. Acessado em 15/11/21

O poema (**Texto 1**) e a tirinha (**Texto 2**) trazem reflexões sobre a desigualdade social. Qual alternativa melhor representa a relação entre os dois textos?

- A** ⇒ Em ambos os textos são descritas situações vivenciadas pelas pessoas menos favorecidas.
- B** ⇒ Em ambos os textos, os autores buscam refletir a falta de humanidade e a percepção equivocada das pessoas em relação aos menos favorecidos.
- C** ⇒ Os dois textos retratam como as pessoas menos favorecidas se sentem diante de diversas situações.
- D** ⇒ Embora os dois textos refiram-se à desigualdade social, não há relação entre eles.

**Parecer:**

A interpretação de um texto é uma ação de demanda cognitiva mais complexa do que a compreensão, entretanto, não passa pela simples subjetividade, há outros critérios envolvidos.

Talvez haja outras possíveis leituras para textos, e na internet é possível encontrar múltiplas leituras. Todavia, no enunciado é claro “Qual alternativa melhor representa a relação entre os dois textos?” Dentre as alternativas apresentadas, a indicada no gabarito é a que melhor representa a relação entre os dois textos. Os dois textos apresentam, sim, relação entre si, pois a temática de ambos dialoga entre si. Não podem ser consideradas a “A” e a “B” corretas porque o texto 2 não descreve situações vivenciadas por pobres, apenas ocorre a reflexão e a percepção equivocada.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 06**

**Questão 06)** Observe o texto abaixo e responda ao que se pede:



Disponível em: <http://www.historiaenatureza.com/2012/06/dia-do-meio-ambiente.html>. Acessado em 16/11/21.

De acordo com o texto, considerando a fala de Calvin, pode-se **afirmar** que:

- A** ⇒ Não há formas de vida inteligente fora da Terra, pois, se houvesse, já teriam entrado em contato conosco.
- B** ⇒ Há, possivelmente, formas de vida inteligente fora da Terra, entretanto não fazem contato, pois as pessoas em nosso planeta não cuidamos do meio ambiente.
- C** ⇒ Há formas de vida inteligente fora da Terra e obviamente farão contato conosco.
- D** ⇒ Só saberemos se há formas de vida inteligente fora da Terra se eles entrarem em contato conosco.

**Parecer:**

A charge em si constitui um gênero textual, o qual se utiliza de linguagem verbal e linguagem não verbal. Ao direcionar a leitura do texto, em se tratando de uma charge, tirinha, cartum, a leitura é o todo, o texto é o todo.

Não ocorre um “erro de português” nesse caso, mas uma concordância classificada como silepse de pessoa, em que o falante se inclui, como, por exemplo em “Os brasileiros precisamos de acesso à educação.”

**Decisão:**

**Manter questão.**

### QUESTÃO 08

**Questão 08)** Em um processo de tratamento de água, utiliza-se um equipamento com capacidade para filtrar 220 m<sup>3</sup> de água por hora. Se for adquirido outro equipamento, com capacidade de filtragem de 250 m<sup>3</sup> de água por hora, pode-se afirmar que, se ambos trabalharem simultaneamente, o tempo necessário para filtrar 1645 m<sup>3</sup> de água, será de:

**A** ⇒ 3h e 30min.

**C** ⇒ 6h e 50 min.

**B** ⇒ 3h e 50 min.

**D** ⇒ 7h e 40min.

**Parecer:**

A resposta correta é 3h e 30min – alternativa A.

3,5 horas equivale a 3 horas e meia, 0,5 indica meia hora. Meia hora, equivale a metade de 60 minutos, que são 30 minutos.

**Decisão:**

**Manter questão.**

### QUESTÃO 09

**Questão 09)** Para uma entrevista de vaga de emprego, apareceram 20 candidatos. Desses, 12 possuíam curso técnico e 10 estavam cursando graduação na área direcionada para a vaga. Pode-se afirmar que a porcentagem (%) de candidatos que tinha curso técnico, mas que não estava cursando graduação na área direcionada, em relação ao total de candidatos, foi de:

**A** ⇒ 40.

**C** ⇒ 50.

**B** ⇒ 60.

**D** ⇒ 70.

**Parecer:**

Como 12 candidatos possuíam curso técnico e 10 estavam cursando graduação, sendo um total de 20 candidatos tem-se 2 que possuem curso técnico e cursavam graduação ( $22 - 20 = 2$ ). Logo, dos 12

candidatos apenas 10 tinham curso técnico e não estavam cursando graduação. Como 10 equivale a 50% de 20, tem-se como alternativa correta a letra C.

Qualquer interpretação diferente, em relação a quantidade de pessoas que tinham curso técnico e, também, estavam cursando graduação, demandariam de informações adicionais no enunciado.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 10**

**Questão 10)** O setor de manutenção solicitou a compra de 4 kg de um produto que é vendido em embalagens que contém 270 g e que custa R\$ 9,80 por embalagem. Sabendo que são vendidas apenas embalagens fechadas, pode-se afirmar que o custo da compra, para atender ao pedido do setor, será, em reais, de:

**A** ⇒ 98,00.

**B** ⇒ 137,20.

**C** ⇒ 116,50.

**D** ⇒ 147,00.

**Parecer:**

Para atender ao pedido do setor de manutenção, sendo a venda realizada em embalagens fechadas (ou seja, não se admite fracionamento), são necessárias 15 embalagens. Ao custo de 9,80 cada embalagem, as 15 embalagens custam R\$ 147,00 – alternativa D.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 11**

**Questão 11)** Mariana se hospedou em um hotel. Quando foi encerrar sua estadia e efetuar o pagamento, o valor total cobrado foi de R\$ 308,00, sendo que este valor corresponde ao valor da estadia somado a uma taxa adicional de 10% sobre a mesma, correspondente à taxa de turismo. Como foi informada que essa taxa era opcional e tendo se hospedado devido a uma viagem de trabalho, ela optou por pagar apenas o valor correspondente à estadia. Pode-se afirmar que o valor final pago por Mariana foi, em reais, de:

**A** ⇒ 277,20.

**B** ⇒ 280,00.

**C** ⇒ 270,00.

**D** ⇒ 265,80.

**Parecer:**

A taxa é cobrada sobre o valor da estadia.

Logo, R\$ 308,00 que é o valor total, corresponde ao valor da estadia adicionada da taxa de 10%, equivalendo a 110%. Assim,  $308/1,1 = 280,00$ .

Veja: Valor da estadia R\$ 280,00 + taxa R\$ 28,00 (10% de 280) = R\$ 308,00.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 12**

**Questão 12)** Sobre o SEMASA, com base em sua lei de criação, assinale a alternativa **incorreta**:

- A** ⇒ As tarifas dos serviços de água prestados pela autarquia e os critérios para o reajuste das mesmas serão fixados por Decreto do Prefeito Municipal, mediante justificativa a ser encaminhada pelo Diretor Geral do SEMASA à Câmara de Vereadores e aprovação desta.
- B** ⇒ Possui autorização para faturar o fornecimento de água não apenas à cidade de Itajaí, mas também a outros municípios de Santa Catarina e até do Brasil, inclusive podendo firmar convênios para este fim, bem como efetuar o pagamento face a fornecimento de água por outros municípios brasileiros.
- C** ⇒ Somente e desde que previamente autorizado por lei municipal, o SEMASA poderá realizar operações de crédito para antecipação de receita ou para obtenção de recursos necessários à execução de obras de ampliação ou remodelação dos sistemas de água e esgoto.
- D** ⇒ Possui personalidade jurídica própria em relação ao município de Itajaí, gozando de autonomia econômico-financeira e administrativa dentro dos limites de sua lei de criação, datada de janeiro do ano de 2003.

**Parecer:**

Não merece prosperar o argumento no sentido de que a questão afeta à alternativa “b” não se encontra *ipsis litteris* com o texto da Lei Municipal nº 3.863/2003. Primeiro porque inexistente obrigação legal de a banca traduzir, *ipsis litteris*, em alternativas de questões de concurso público, a literalidade do enunciado do dispositivo do artigo, do inciso, do parágrafo ou da alínea da Lei ou do ato normativo examinado na questão/alternativa (cópia/cola), bastando que, na sua leitura e, mais ainda, em sua interpretação, o exegeta – no caso o candidato e/ou a banca – consiga aferir o manifesto erro ou acerto do conteúdo do enunciado e/ou da questão em face do paradigma estabelecido em determinada questão do concurso (Lei, Decreto, Portaria, etc, conforme o caso), ainda que com outros termos que não contrariem o espírito do ato legal, regulamentar ou administrativo examinado e tomado como paradigma, conforme o caso. Na questão em tela, o único paradigma estabelecido para análise e resposta foi a Lei Municipal nº 3.863/2003, qual seja, a lei de criação do SEMASA. Segundo porque, tendo o § 2º do art. 2º da referida Lei consignado que o SEMASA fica autorizado a faturar e fornecer água a outros municípios, bem assim firmar convênios para tal finalidade, bem como efetuar o pagamento face a fornecimento por outros municípios, evidente e lógico concluir a abrangência da palavra “municípios”, notadamente porque a referida Lei Municipal não limitou a municípios vizinhos ou apenas municípios de Santa Catarina, utilizando o termo “municípios” em sentido amplo. Se o legislador quisesse restringir o alcance dos municípios, o teria de feito de maneira expressa.



Também em relação à alternativa “B”, não há que se confundir o disposto no art. 2º, inciso I da Lei Municipal nº 3.863/2003 com a disposição constante do art. 2º, § 2º da mesma Lei, uma vez que não há que se confundir a concessão de serviços atribuídos ao SEMASA (hipótese da parte final do inciso I do art. 2º) com as específicas autorizações de faturar o fornecimento de água a outros municípios, o estabelecimento de convênios para tal finalidade, assim como efetuar o pagamento face a fornecimento por outros municípios (§ 2º do art. 2º). Ademais, o § 2º do art. 2º, ao estabelecer que o SEMASA tem autorização para faturar e fornecer água a outros municípios, bem assim firmar convênios para tal finalidade, bem como efetuar o pagamento face a fornecimento por outros municípios, por evidente que o legislador não inseriu as hipóteses do § 2º do art. 2º naquelas constantes do inciso I do mesmo art. 2º. Portanto, a alternativa está correta, motivo pelo qual não poderia ser assinada pelo candidato, uma vez que a questão pedia a questão incorreta.

A alternativa “A” é a única alternativa incorreta – portanto, deveria ser assinalada pelo candidato – uma vez que seu conteúdo e espírito material divergem frontalmente da disposição do parágrafo único do art. 5º da Lei Municipal nº 3.863/2003, não havendo que se falar em justificativa a ser apresentada pelo Diretor do SEMASA à Câmara de Vereadores, mas, sim, apenas ao Prefeito Municipal.

Também a alternativa “C” está correta – portanto, não poderia ser assinalada pelo candidato, já que a questão pedia a alternativa incorreta – nos termos do que apregoa o parágrafo único do art. 4º da Lei Municipal nº 3.863/2003.

No mesmo sentido, está correta – portanto, não poderia ser assinalada pelo candidato, já que a questão pedia a alternativa incorreta – a alternativa “D”, considerando a disposição do artigo 1º da Lei Municipal nº 3.863/2003, bem como sua emenda e o mês e ano de sua assinatura e publicação.

Ponto de extrema relevância a ser abordado diz respeito ao fato de inexistir obrigação legal de a banca traduzir, *ipsis litteris*, em alternativas de questões de concurso público, a literalidade do enunciado do dispositivo do artigo, do inciso, do parágrafo ou da alínea da Lei ou do ato normativo examinado na questão/alternativa (ou seja, não há a necessidade de cópia/cola literal), bastando que, na sua leitura e, mais ainda, em sua interpretação, o exegeta – no caso o candidato e/ou a banca – consiga aferir o manifesto erro ou acerto do conteúdo do enunciado e/ou da questão em face do paradigma estabelecido em determinada questão do concurso (Lei, Decreto, Portaria, etc, conforme o caso), ainda que com outros termos que não contrariem o espírito do ato legal, regulamentar ou administrativo examinado e tomado como paradigma, conforme o caso. Na questão em tela, o único paradigma estabelecido para análise e resposta foi a Lei Municipal nº 3.863/2003, qual seja, a lei de criação do SEMASA.

Por fim, há que se ressaltar que o Supremo Tribunal Federal – STF, sob a sistemática da Repercussão Geral, decidiu que, tratando-se de concursos públicos, *“Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas”* (RE 632.853/CE, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23.04.2015, DJe 29.06.2015). No mesmo sentido, o STF, já de longa data, possui jurisprudência pacífica no sentido de que *“[...] não compete ao Poder Judiciário examinar o conteúdo das questões formuladas para, em face da interpretação dos temas que integram o programa do concurso, aferir, a seu critério, a compatibilidade, ou não, deles, para anular as formulações que não lhe parecerem corretas em face desse exame”*. (RE 268.244/CE, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 09.05.2000, DJ 30.06.2000). E ainda: *“Não cabe ao Poder Judiciário, no controle jurisdicional de legalidade, substituir-se à banca examinadora do concurso público para reexaminar os critérios de correção das provas e o conteúdo das questões formuladas”*. (MS 27.260/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, j. 29.10.2009, DJe 26.03.2010).

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 13**

**Questão 13)** Sobre a Taxa de Esgotos Sanitários (TES) e demais disposições da Lei Municipal nº 6.233/2012, assinale a alternativa **correta**:

- A** ⇒ Possuindo natureza eminentemente tributária, seu fato gerador consiste, única e exclusivamente, apenas no serviço de coleta, transporte e tratamento de esgotos sanitários executados pelo SEMASA.
- B** ⇒ A recusa do contribuinte na ligação de seu imóvel com o serviço de esgotamento sanitário não o eximirá da obrigação de pagar a TES, sujeitando-o, também, ao pagamento de multa a ser regulamentada, salvo se apresentada justificativa no prazo de até 30 dias, está devidamente aceita e homologada pelo SEMASA.
- C** ⇒ A TES será apurada com base no consumo de água do mesmo contribuinte, pela alíquota de 80% (oitenta por cento) do valor correspondente à tarifa de água no mês imediatamente anterior ao da cobrança.
- D** ⇒ Uma vez implantada a rede de esgotos sanitários em determinada via do município, os imóveis beneficiados serão a ela interligados obrigatoriamente, mediante o estabelecimento de termo de ajuste de conduta a ser firmado com a concessionária, o qual fixará prazo máximo para a interligação, sob pena de multa.

**Parecer:**

A alternativa “A” é a única correta e, portanto, deveria ser assinalada pelo candidato, uma vez que, possuindo natureza jurídica de taxa, a TES tem como fato gerador, única e exclusivamente, “o serviço de coleta, transporte e tratamento de esgotos sanitários executados pelo SEMASA”, conforme art. 1º da Lei Municipal nº 6.233/2012.

A alternativa “B” está incorreta e, por isso, não deveria ser assinalada pelo candidato, uma vez, nos termos do § 2º do art. 3º da Lei Municipal nº 6.233/2012, inexistente a hipótese de apresentação de justificativa no prazo de 30 dias a ser aceita e homologada pelo SEMASA, estando o conteúdo e o espírito da alternativa em manifesto confronto com o citado parágrafo do art. 3º da lei em comento.

A alternativa “C” não poderia ser assinalada como correta, uma vez que: a) toda a questão foi formulada tomando-se exclusivamente como base a Lei Municipal nº 6.233/2012, tanto que o enunciado da questão utiliza a expressão “e demais disposições da Lei Municipal nº 6.233/2012”, não estendendo sua interpretação para outros atos normativos legais ou regulamentares, igualmente não se requerendo nem a interpretação nem a resposta à questão com base no Decreto Municipal nº 11.304/2018, o que poderia até mesmo dar (mera hipótese) azo à questionamentos quanto à legalidade ou ilegalidade do referido Decreto em relação à citada Lei Municipal no que atine ao aspecto regulamentar; b) A referida alternativa “C” não poderia ser considerada correta em razão do período temporal afeto à cobrança da TES, uma vez que o art. 4º da citada Lei é expresso no sentido de que a TES “será apurada com base no consumo de água do mesmo contribuinte, pela alíquota de 80% (oitenta por cento) do valor correspondente a tarifa de água do mês”, ou seja, do mês em que é cobrada, ao passo que a alternativa “D” alterou flagrantemente o fator temporal para trás, utilizando a expressão “no mês imediatamente anterior ao da cobrança”, diferindo expressivamente do texto legal.

Também a alternativa “D” está incorreta, motivo pelo qual não poderia ser assinalada pelo candidato, uma vez que, analisando-se o art. 3º da Lei Municipal nº 6.233/2012, não há que se falar em estabelecimento de termo de ajuste de conduta a ser firmado com a concessionária, posto que tal hipótese não existe na lei em questão.

Ponto de extrema relevância a ser abordado diz respeito ao fato de inexistir obrigação legal de a banca traduzir, *ipsis litteris*, em alternativas de questões de concurso público, a literalidade do enunciado do dispositivo do artigo, do inciso, do parágrafo ou da alínea da Lei ou do ato normativo examinado na questão/alternativa (ou seja, não há a necessidade de cópia/cola literal), bastando que, na sua leitura e, mais ainda, em sua interpretação, o exegeta – no caso o candidato e/ou a banca – consiga aferir o manifesto erro ou acerto do conteúdo do enunciado e/ou da questão em face do paradigma estabelecido em determinada questão do concurso (Lei, Decreto, Portaria, etc, conforme o caso), ainda que com outros termos que não contrariem o espírito do ato legal, regulamentar ou administrativo examinado e tomado como paradigma, conforme o caso. Na questão em tela, o único paradigma estabelecido para análise e resposta foi a Lei Municipal nº 6.233/2012.

Por fim, há que se ressaltar que o Supremo Tribunal Federal – STF, sob a sistemática da Repercussão Geral, decidiu que, tratando-se de concursos públicos, *“Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas”* (RE 632.853/CE, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23.04.2015, DJe 29.06.2015). No mesmo sentido, o STF, já de longa data, possui jurisprudência pacífica no sentido de que *“[...] não compete ao Poder Judiciário examinar o conteúdo das questões formuladas para, em face da interpretação dos temas que integram o programa do concurso, aferir, a seu critério, a compatibilidade, ou não, deles, para anular as formulações que não lhe parecerem corretas em face desse exame”*. (RE 268.244/CE, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 09.05.2000, DJ 30.06.2000). E ainda: *“Não cabe ao Poder Judiciário, no controle jurisdicional de legalidade, substituir-se à banca examinadora do concurso público para reexaminar os critérios de correção das provas e o conteúdo das questões formuladas”*. (MS 27.260/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, j. 29.10.2009, DJe 26.03.2010).

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 14**

**Questão 14)** Sobre a estrutura administrativa do SEMASA, com base na Lei Complementar Municipal nº 367/2019, assinale a alternativa **incorreta**:

- A** ⇒ À Diretoria Geral compete, dentre outras atribuições, assessorar o Prefeito Municipal em assuntos do SEMASA, sendo constituída pelas seguintes unidades subordinadas: Assessoria Executiva do Diretor Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria de Governança, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Gestão Ambiental.
- B** ⇒ Os cargos de Diretor Geral, Diretor de Relacionamento ao Cliente, Diretor de Saneamento, Diretor Administrativo Financeiro, Assessor Jurídico, Assessor Ambiental, Assessor de Governança, Assessor de Comunicação e Assessor Executivo do Diretor Geral, caracterizam-se como cargos de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.
- C** ⇒ Compete à Gerência Contábil-Financeira, estrutura ligada à Diretoria Administrativa-Financeira (DAF), além de outras atribuições a ela inerentes, prestar contas da gestão financeira, orçamentária e demais obrigações legais do SEMASA.

**D** ⇒ O Assessor Executivo DG, o Assessor de Gestão Ambiental, o Assessor de Comunicação, o Assessor de Governança, bem como os Assessores Executivos, possuem a prerrogativa de exercer atribuições de caráter governamental determinadas pelos superiores hierárquicos.

**Parecer:**

A alternativa “C” deve ser mantida como a única incorreta, uma vez que, nos claros termos da Lei Complementar Municipal nº 367/2019, e observando-se o princípios da estrita legalidade vigente no âmbito da Administração Pública, não se inserem nas atribuições da Gerência Contábil-Financeira, estrutura ligada à Diretoria Administrativa-Financeira (DAF), nos termos do art. 1º, inciso II, alínea b” da LCM nº 367/2019, prestar contas da gestão financeira, orçamentária e demais obrigações legais do SEMASA, competência esta, fora de qualquer dúvida, claramente privativa do Diretor Geral do SEMASA, nos termos do que estabelece o inciso VIII do art. 3º da LCM nº 367/2019, não sendo possível “transferir”, sub-rogar ou emprestar esta competência privativa do Diretor Geral do SEMASA à Gerência/Gerente Contábil-Financeiro sem expressa previsão legal ou mediante delegação expressa por ato administrativo juridicamente válido.

No mesmo sentido, não se pode querer inserir nas competências da Gerência Contábil-Financeira/atribuições do Gerente de Contabilidade e Finanças, estas previstas nos artigos 22 e 23 da LCM nº 367/2019, uma atribuição que, por força da mesma LCM nº 367/2019 (art. 3º, inciso VIII), uma atribuição que é claramente do Diretor Geral do SEMASA.

A alternativa “A” está correta – motivo pelo qual não deveria ter sido assinalada, uma vez que a questão requeria a alternativa incorreta – seja pelo fato de o art. 3º, inciso I, da LCM nº 367/2019 expressamente estabelecer que o Diretor Geral do SEMASA tem por competência assessorar o Prefeito em assuntos do SEMASA, seja porque, à luz do art. 1º, inciso I, da mesma LCM nº 367/2019, em especial suas alíneas “a” a “e”, a Diretoria Geral é composta única e/ou exclusivamente pelas seguintes unidades subordinadas: Assessoria Executiva do Diretor Geral, Assessoria Jurídica, Assessoria de Governança, Assessoria de Comunicação, Assessoria de Gestão Ambiental.

Ademais, também em relação à alternativa “A”, não há que se falar em “exclusão” do Diretor Geral da constituição da Diretoria Geral, uma vez que o enunciado da alternativa foi claro e taxativo no sentido de utilizar a expressão “unidades subordinadas”, o que, à luz do art. 1º, inciso I, da LCM nº 367/2019, inclui somente a Assessoria Executiva do Diretor Geral, a Assessoria Jurídica, a Assessoria de Governança, a Assessoria de Comunicação, e a Assessoria de Gestão Ambiental.

Por seu turno, a alternativa “B” se encontra correta – motivo pelo qual não poderia ter sido assinalada pelo candidato – uma vez que, de fato, analisando-se o artigo 50 da LCM nº 367/2019, os cargos de Diretor Geral, Diretor de Relacionamento ao Cliente, Diretor de Saneamento, Diretor Administrativo Financeiro, Assessor Jurídico, Assessor Ambiental, Assessor de Governança, Assessor de Comunicação e Assessor Executivo do Diretor Geral, caracterizam-se como cargos demissíveis *ad nutum*, ou seja / em outras palavras, de livre nomeação e exoneração do Prefeito Municipal.

Também a alternativa “D” está correta – motivo pelo qual não deveria ter sido assinalada, uma vez que a questão requeria a alternativa incorreta – notadamente porque, nos claros termos do inciso IV do art. 5º, do inciso VI do art. 7º, do inciso VII do art. 9º, do inciso VII do art. 11, bem como do inciso IV do art. 48, somente a Assessor Executivo DG, o Assessor de Gestão Ambiental, o Assessor de Comunicação, o Assessor de Governança, bem como os Assessores Executivos, possuem a expressa prerrogativa de exercer atribuições de caráter governamental, desde que determinadas pelos superiores hierárquicos, excluída esta competência das demais estruturas/setores/funções contempladas na LCM nº 367/2019. Se

assim não fosse, outras estruturas/setores/funções do SEMASA também possuiriam esta prerrogativa de exercerem atribuições de caráter governamental, fossem elas determinadas ou não pelos seus respectivos superiores hierárquicos, o que, é claríssimo, não constou nem da literalidade da lei, nem ainda de seu espírito.

Ponto de extrema relevância a ser abordado diz respeito ao fato de inexistir obrigação legal de a banca traduzir, *ipsis litteris*, em alternativas de questões de concurso público, a literalidade do enunciado do dispositivo do artigo, do inciso, do parágrafo ou da alínea da Lei ou do ato normativo examinado na questão/alternativa (ou seja, não há a necessidade de cópia/cola literal), bastando que, na sua leitura e, mais ainda, em sua interpretação, o exegeta – no caso o candidato e/ou a banca – consiga aferir o manifesto erro ou acerto do conteúdo do enunciado e/ou da questão em face do paradigma estabelecido em determinada questão do concurso (Lei, Decreto, Portaria, etc, conforme o caso), ainda que com outros termos que não contrariem o espírito do ato legal, regulamentar ou administrativo examinado e tomado como paradigma, conforme o caso. Na questão em tela, o único paradigma estabelecido para análise e resposta foi a Lei Complementar Municipal nº 367/2019.

Por fim, há que se ressaltar que o Supremo Tribunal Federal – STF, sob a sistemática da Repercussão Geral, decidiu que, tratando-se de concursos públicos, *“Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas”* (RE 632.853/CE, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23.04.2015, DJe 29.06.2015). No mesmo sentido, o STF, já de longa data, possui jurisprudência pacífica no sentido de que *“[...] não compete ao Poder Judiciário examinar o conteúdo das questões formuladas para, em face da interpretação dos temas que integram o programa do concurso, aferir, a seu critério, a compatibilidade, ou não, deles, para anular as formulações que não lhe parecerem corretas em face desse exame”*. (RE 268.244/CE, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 09.05.2000, DJ 30.06.2000). E ainda: *“Não cabe ao Poder Judiciário, no controle jurisdicional de legalidade, substituir-se à banca examinadora do concurso público para reexaminar os critérios de correção das provas e o conteúdo das questões formuladas”*. (MS 27.260/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, j. 29.10.2009, DJe 26.03.2010).

#### Decisão:

**Manter questão.**

### QUESTÃO 15

**Questão 15)** Acerca do Regulamento do SEMASA quanto ao serviço de esgotamento sanitário, a teor do Decreto Municipal nº 11.783/2019, assinale a alternativa **correta**:

- A** ⇒ Sob o regime de concorrência pública, compete ao SEMASA exercer as atividades administrativas e técnicas que se relacionem com os serviços públicos de esgotamento sanitário no município de Itajaí, compreendendo o planejamento e a execução de obras, instalação, operação e manutenção de sistemas, a medição ou cálculo dos valores do esgoto, o faturamento e a cobrança pelos serviços prestados, a aplicação das penalidades, dentre outras medidas.
- B** ⇒ Compete ao SEMASA, com exclusividade, administrar e operar o sistema de esgotamento sanitário, bem como, também sob o regime da exclusividade, executar inspeções, reparos e modificações nas canalizações e instalações do serviço público por ele administrado.
- C** ⇒ O SEMASA incorporará ao seu patrimônio através de termo específico, mediante prévia e justa indenização, as redes de esgotamento sanitário executadas por terceiros em áreas públicas, mediante apresentação do cadastro técnico de rede, o qual deverá estar de acordo com as normas da autarquia.

**D** ⇒ As redes de esgotamento sanitário e seus acessórios serão assentados exclusivamente em logradouros públicos após a aprovação dos respectivos projetos pelo SEMASA, que executará ou fiscalizará as obras.

**Parecer:**

A alternativa “B” é a única correta – motivo pelo qual deveria ser assinalada pelo candidato –, nos termos em que preconizado pelo conteúdo e espírito material do art. 6º do Decreto Municipal nº 11.783/2019.

Já a alternativa “A” se encontra manifestamente incorreta – donde não poderia ser assinalada pelo candidato – na medida que, nos termos do art. 3º do Decreto Municipal nº 11.783/2019, não há que se falar em regime de concorrência pública, mas sim de regime de exclusividade.

A alternativa “C” também está incorreta – daí não poder ser assinalada pelo candidato – uma vez que a incorporação ao patrimônio de que trata a alternativa, e mencionada no § 1º do art. 4º do Decreto Municipal nº 11.783/2019, independe prévia e/ou justa indenização, ao contrário do que se fez constar da alternativa.

Também a alternativa “D” se encontra incorreta – não podendo igualmente ser assinalada na questão – uma vez que, nos termos do art. 4º do Decreto Municipal nº 11.783/2019, as redes de esgotamento sanitário e seus acessórios serão assentados PREFERENCIALMENTE, e não exclusivamente em logradouros públicos, tal como constou do enunciado da alternativa.

Ponto de extrema relevância a ser abordado diz respeito ao fato de inexistir obrigação legal de a banca traduzir, *ipsis litteris*, em alternativas de questões de concurso público, a literalidade do enunciado do dispositivo do artigo, do inciso, do parágrafo ou da alínea da Lei ou do ato normativo examinado na questão/alternativa (ou seja, não há a necessidade de cópia/cola literal), bastando que, na sua leitura e, mais ainda, em sua interpretação, o exegeta – no caso o candidato e/ou a banca – consiga aferir o manifesto erro ou acerto do conteúdo do enunciado e/ou da questão em face do paradigma estabelecido em determinada questão do concurso (Lei, Decreto, Portaria, etc, conforme o caso), ainda que com outros termos que não contrariem o espírito do ato legal, regulamentar ou administrativo examinado e tomado como paradigma, conforme o caso. Na questão em tela, o único paradigma estabelecido para análise e resposta foi o Decreto Municipal nº 11.783/2019.

Por fim, há que se ressaltar que o Supremo Tribunal Federal – STF, sob a sistemática da Repercussão Geral, decidiu que, tratando-se de concursos públicos, “*Não compete ao Poder Judiciário, no controle de legalidade, substituir banca examinadora para avaliar respostas dadas pelos candidatos e notas a elas atribuídas*” (RE 632.853/CE, Tribunal Pleno, Rel. Min. Gilmar Mendes, j. 23.04.2015, DJe 29.06.2015). No mesmo sentido, o STF, já de longa data, possui jurisprudência pacífica no sentido de que “[...] *não compete ao Poder Judiciário examinar o conteúdo das questões formuladas para, em face da interpretação dos temas que integram o programa do concurso, aferir, a seu critério, a compatibilidade, ou não, deles, para anular as formulações que não lhe parecerem corretas em face desse exame*”. (RE 268.244/CE, 1ª Turma, Rel. Min. Moreira Alves, j. 09.05.2000, DJ 30.06.2000). E ainda: “*Não cabe ao Poder Judiciário, no controle jurisdicional de legalidade, substituir-se à banca examinadora do concurso público para reexaminar os critérios de correção das provas e o conteúdo das questões formuladas*”. (MS 27.260/DF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Carlos Britto, j. 29.10.2009, DJe 26.03.2010).

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 21**

**Questão 21)** Com relação à desinfecção da água em uma Estação de Tratamento de Água, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

- I** A presença de compostos inorgânicos, como ferro e manganês, não interfere na eficiência da desinfecção efetuada por agentes químicos.
- II** O cloro tem a característica de formar compostos que permanecem na água, proporcionando residual desinfetante ativo e, com isso, permitindo que haja inativação de microrganismos após o ponto de sua aplicação.
- III** A desinfecção de águas destinadas ao consumo humano pode ser realizada basicamente por dois grupos principais de desinfetantes: agentes químicos e físicos.
- IV** Dióxido de Cloro, Cloro, Ozônio e Tanino são exemplos de alguns desinfetantes químicos.
- V** A turbidez desempenha um papel preponderante na eficiência da desinfecção, promovendo o denominado efeito-escudo sobre os microrganismos, protegendo-os da ação do desinfetante físico ou químico.

Com relação às afirmativas apresentadas, responda:

- A** ⇒ Apenas as afirmativas II, III, IV e V estão corretas.
- B** ⇒ Apenas as afirmativas II, III e V estão corretas.
- C** ⇒ Apenas as afirmativas III, IV e V estão corretas.
- D** ⇒ Todas as afirmativas estão corretas.

**Parecer:**

De acordo com Libânio (2010), o cloro tem a característica de formar compostos que permanecem na água, proporcionando residual desinfetante ativo e, com isso, permitindo que haja inativação de microrganismos após o ponto de sua aplicação.... A desinfecção de águas destinadas ao consumo humano pode ser realizada basicamente por dois grupos principais de desinfetantes: agentes químicos e físicos.... A turbidez desempenha um papel preponderante na eficiência da desinfecção, promovendo o denominado efeito-escudo sobre os microrganismos, protegendo-os da ação do desinfetante físico ou químico.

LIBÂNIO, Marcelo. **Fundamentos de qualidade e tratamento de água**. 4 Ed. Campinas: Editora Átomo. 2010. Pág. 424.

Obs.: Obs.: o participante se manifestou de forma que corrobora com o gabarito apresentado, uma vez que a afirmativa II é verdadeira.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 22**

**Questão 22)** Analise as afirmativas a seguir, referentes às características físico-químicas dos esgotos sanitários domésticos, e assinale com **V** as afirmativas **verdadeiras** e com **F** as afirmativas **falsas**.

- ( ) A cor e a turbidez indicam o estado de decomposição do esgoto, sendo que a tonalidade acinzentada acompanhada de alguma turbidez é típica do esgoto fresco e a cor preta é típica do esgoto velho.
- ( ) Os esgotos domésticos contêm aproximadamente 99% de água e apenas 1% de sólidos; sendo devido a este percentual de 1% de sólidos que ocorrem os problemas de poluição das águas, trazendo a necessidade de tratar os esgotos.
- ( ) Os grupos de substâncias orgânicas nos esgotos são constituídos por compostos de proteínas (40 a 60%), carboidratos (25 a 50%), gorduras e óleos (10%) e, ainda, ureia, sulfatans, fenóis.
- ( ) A temperatura do esgoto é, em geral, um pouco inferior à das águas de abastecimento. A velocidade de decomposição do esgoto é inversamente proporcional ao aumento da temperatura.
- ( ) A vazão doméstica do esgoto é calculada em função do consumo médio diário de água de um indivíduo. Estima-se que para cada 100 litros de água consumida sejam gerados aproximadamente 80 litros de esgoto.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

**A** ⇒ V – V – V – F – V

**B** ⇒ V – F – V – F – V

**C** ⇒ F – V – V – F – V

**D** ⇒ V – F – V – V – V

**Parecer:**

Segundo a FUNASA (2019), as principais características físicas ligadas aos esgotos domésticos são: matéria sólida, temperatura, odor, cor e turbidez e variação de vazão. a) Matéria Sólida: os esgotos domésticos contêm aproximadamente 99,9% de água e apenas 0,1% de sólidos. É devido a esse percentual de 0,1% de sólidos que ocorrem os problemas de poluição das águas, trazendo a necessidade de tratar os esgotos. b) ...

BRASIL. **Manual de saneamento**. Fundação Nacional de Saúde. Brasília. 2007. Pág. 155.

**Decisão:**

**Manter questão.**



## QUESTÃO 23

**Questão 23)** Para um programa de controle de perdas, devem ser realizadas diversas ações visando a diminuição da parcela de perdas físicas, que muitas vezes tem sido subdimensionada. Assinale a única alternativa que **não** representa uma das principais ações:

- A** ⇒ Gerenciamento da rede de distribuição.
- B** ⇒ Controle das pressões na rede de distribuição.
- C** ⇒ Realização de pesquisa de vazamentos e redução no tempo de reparo.
- D** ⇒ Substituição de hidrômetros que super medem consumos.

### Parecer:

Segundo Tsutiya (2005), para um programa de controle de perdas, devem ser realizadas diversas ações visando a diminuição da parcela de **perdas físicas**, que muitas vezes tem sido subdimensionada. Dentre várias ações, destacam-se a seguir, as mais importantes: - controle das pressões, - pesquisa de vazamentos, - ..., - gerenciamento da rede.

Ainda segundo o autor, as perdas não físicas são geralmente expressivas e podem representar 50% ou mais no percentual de água não faturada, ...

Tabela 6.12: **Perdas não físicas** no sistema de abastecimento de água:

Origem: ... Hidrômetros parados, Hidrômetros que submedem, ...

TSUTIYA, Milton T. **Redução do custo de energia elétrica em sistemas de abastecimento de água**. São Paulo: ABES Seção São Paulo, 2005. Pág. 82.

Obs.: “Substituição de hidrômetros que super medem consumos” **não** representam nem perda, nem perda física.

OBS.: grifos nossos.

### Decisão:

**Manter questão.**

## QUESTÃO 25

**Questão 25)** São processos de tratamento de esgotos utilizados principalmente para remoção de matéria orgânica. No entanto, com algumas adaptações no fluxograma, no número e na geometria destas unidades, pode ser alcançada elevadíssima eficiência de remoção de organismos patogênicos. Os principais fatores naturais que atuam como agente desinfetante nessas unidades são: temperatura, insolação, pH, escassez de alimento, organismos predadores, competição, compostos tóxicos e elevada concentração de oxigênio dissolvido. Estamos falando dos(as):

- A** ⇒ Lagoas de Estabilização.
- B** ⇒ Valos de Oxidação.
- C** ⇒ Lodos Ativados.
- D** ⇒ Filtração Biológica.

**Parecer:**

Dentre os processos naturais de desinfecção podem ser citados: - Lagoas de estabilização: as lagoas de estabilização são processos de tratamento de esgotos utilizados principalmente para remoção de matéria orgânica. No entanto, com algumas adaptações no fluxograma, no número e na geometria das lagoas, pode ser alcançada elevadíssima eficiência de remoção de organismos patogênicos (lagoas de maturação). Tem-se, ainda, as lagoas de polimento, conceitualmente similares às lagoas de maturação, mas que recebem essa nomenclatura específica por realizarem o polimento de efluentes de reatores anaeróbios, principalmente os reatores tipo Uasb (reator anaeróbio com manta de lodo e fluxo ascendente). Os principais fatores naturais que atuam como agente desinfetante nessas lagoas são: temperatura, insolação, pH, escassez de alimento, organismos predadores, competição, compostos tóxicos e elevada concentração de oxigênio dissolvido... (GONÇALVES et al, 2003).

GONÇALVES, Ricardo F. (Coord.). **Desinfecção de efluentes sanitários**. Rio de Janeiro: PROSAB. 2003. Pág. 17.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 28**

**Questão 28)** Entende-se como uso da água qualquer utilização, serviço ou obra em recurso hídrico, independentemente de haver ou não retirada de água, barramento ou lançamento de efluentes, que altere seu regime ou suas condições qualitativas ou quantitativas, ou ambas simultaneamente. Os usos podem ser consuntivos ou não consuntivos. Para os usos consuntivos, uma parte da vazão retirada retorna ao ambiente após o uso e é denominada “vazão de retorno”. A água não devolvida, representa a “vazão de consumo”. Com base nas informações, assinale a alternativa que apresenta apenas usos consuntivos da água.

- A** ⇒ Lazer, abastecimento humano, uso industrial.
- B** ⇒ Dessedentação animal, irrigação, abastecimento humano.
- C** ⇒ Diluição de efluentes, pesca, irrigação.
- D** ⇒ Abastecimento humano, uso industrial, navegação.

**Parecer:**

Conforme o Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil (ANA, 2019), Lazer é uso não consuntivo e Dessedentação de animais é uso consuntivo.

“Usos da água como a navegação, a pesca, o turismo e o lazer não afetam diretamente a quantidade de água local, embora dela dependam, sendo considerados usos não consuntivos [...]” página 9.

“Os maiores usos consuntivos da água, em escala global, são agropecuários. No Brasil, que possui alguns dos maiores rebanhos do mundo, a demanda de água nas estruturas de dessedentação, criação e ambiência de animais é elevada. O consumo de água diário varia significativamente em função da espécie animal, uma vez que a maior parte está relacionada às demandas fisiológicas dos animais. [...]” página 24.

ANA - Agência Nacional de Águas (Brasil). Manual de Usos Consuntivos da Água no Brasil / Agência Nacional de Águas. - Brasília: ANA, 2019.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 29**

**Questão 29)** Referente aos dispositivos constituintes das captações de água de superfície, correlacione as colunas a seguir:

- ( 1 ) Tomada de água.
- ( 2 ) Tubulação de tomada.
- ( 3 ) Caixa de tomada.
- ( 4 ) Canal de derivação.
- ( 5 ) Poço de derivação.
- ( 6 ) Captação flutuante.
- ( 7 ) Torre de tomada.
- ( 8 ) Barragem de nível.

- ( ) É empregado(a) quando o curso de água apresenta regime de escoamento torrencial ou rápido, colocando em risco a estabilidade de tubulações instaladas no seio da massa líquida, pela possibilidade de colisão destas com sólidos pesados, transportados pelo curso de água em épocas de fortes chuvas.
- ( ) Consiste de um tubulão construído na margem de rios ou ribeirões que seja inundável e que apresente declividades acentuadas.
- ( ) É um dispositivo da captação de água superficial que tem por finalidade conduzir a água do manancial para as demais partes constituintes da captação.
- ( ) É a modalidade em que a tomada de água é feita por meio de uma torre de grandes dimensões, com entradas de água em diferentes níveis.
- ( ) É um dispositivo de tomada de água constituído por tubulação simples, que conduz água desde o manancial até a unidade seguinte, que pode ser um desarenador, a caixa de passagem de uma adutora por gravidade, o poço de sucção de uma elevatória ou até mesmo a sucção direta de uma bomba.
- ( ) É utilizado(a) em captações de médio ou grande porte, cumprindo ao mesmo tempo as funções da caixa de tomada e do canal que interliga aquela à unidade subsequente.
- ( ) É um muro de pequena altura construído perpendicularmente a um curso de água superficial, com a finalidade de dotá-lo de altura de lâmina de água que seja suficiente para a derivação ou captação de suas águas.
- ( ) É a modalidade de tomada de água que se aplica sobretudo em lagos ou represas, mas também em rios maiores com regime de escoamento tranquilo ou fluvial, sem arraste frequente de sólidos flutuantes de grandes dimensões e dotados de grande largura e profundidade, mesmo em períodos de estiagem.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

**A** ⇒ 3 – 5 – 1 – 7 – 2 – 4 – 8 – 6

**B** ⇒ 6 – 5 – 1 – 7 – 2 – 4 – 8 – 3

**C** ⇒ 3 – 2 – 1 – 7 – 5 – 4 – 8 – 6

**D** ⇒ 3 – 5 – 1 – 7 – 2 – 8 – 4 – 6

**Parecer:**

Segundo Heller & Pádua (2010), a tomada de água é o dispositivo da captação de água superficial que tem por finalidade conduzir a água do manancial para as demais partes constituintes da captação...

- Tubulação de tomada: é o dispositivo de tomada de água constituído por tubulação simples, que conduz a água desde o manancial até a unidade seguinte, que pode ser um desarenador, a caixa de passagem de uma adutora por gravidade, o poço de sucção de uma elevatória ou até mesmo a sucção direta de uma bomba.

- Poço de derivação: consiste de um tubulão construído na margem de rios ou ribeirões que seja inundável e que apresente declividades acentuadas.

HELLER, Léo; PÁDUA, Valter L. de. **Abastecimento de água para consumo humano**. 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010, pág. 332.

**Decisão:**

**Manter questão.**

**QUESTÃO 38**

**Questão 38)** São caracterizados como sólidos dos esgotos todas as partículas nele presentes em suspensão ou em solução, sedimentáveis ou não, orgânicas ou minerais. A separação dos tipos de sólidos é feita em laboratório.

Correlacione as colunas a seguir no que diz respeito à classificação dos solos:

- ( 1 ) Sólidos Totais.
- ( 2 ) Sólidos Minerais ou Fixos.
- ( 3 ) Sólidos Orgânicos ou Voláteis.
- ( 4 ) Sólidos em Suspensão.
- ( 5 ) Sólidos Dissolvidos.
- ( 6 ) Sólidos Sedimentáveis.

- ( ) Porção das partículas em suspensão, sedimentadas pela ação da gravidade quando a amostra é submetida a um período de repouso de duas horas em um cone padronizado, denominado de cone Imhoff, medida em ml/l.
- ( ) Quantidade de sólidos determinada com a secagem do material retirado por filtração da amostra através de microbolha de 0,45 micron, em mg/l.
- ( ) Massa sólida obtida com a evaporação da parte líquida da amostra a 100 ° – 1105 °C, em mg/l.
- ( ) Resíduos sólidos retidos após calcinação dos sólidos totais a 600 °C, em mg/l.
- ( ) Parcela dos sólidos totais volatilizada no processo de calcinação, em mg/l.
- ( ) Fração dos sólidos medida após evaporação da parte líquida da amostra filtrada, em mg/l.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

**A** ⇒ 6 – 4 – 1 – 5 – 3 – 2

**B** ⇒ 6 – 4 – 3 – 2 – 1 – 5

**C** ⇒ 4 – 6 – 1 – 2 – 3 – 5

**D** ⇒ 6 – 4 – 1 – 2 – 3 – 5

**Parecer:**

A palavra “solo”, mencionada equivocadamente (erro de digitação) ao se solicitar a correlação entre as colunas, não compromete o entendimento da questão, a interpretação do que está sendo solicitado e a resolução acertada da mesma, uma vez que a palavra correta (sólido) é mencionada duas vezes no enunciado e em “todos” os itens (tipos de sólidos) da 1ª coluna.

A temperatura máxima apresentada na definição de Sólidos Totais (100 a 1105 °C, ao invés de 100 a 105 °C) também não compromete o desenvolvimento da questão com assertividade, uma vez que a resposta correta (Massa sólida obtida com a evaporação da parte líquida da amostra a 100 ° – 105 °C, em mg/l) não se enquadrará em nenhum outro tipo de sólido apresentado. Também não há outra definição de sólido, apresentada na 2ª coluna, que possa ser atribuída à Sólidos Totais.

**Decisão:**

**Manter questão.**

### QUESTÃO 44

**Questão 44)** Para os esgotos sanitários oriundos de sistemas públicos e privados de tratamento deverão ser obedecidas as condições e padrões de lançamento especificados na Resolução CONSEMA nº 182/2021. Com relação ao monitoramento marque com **V** as afirmações **verdadeiras** e com **F** as **falsas**.

- ( ) As análises devem ser realizadas em laboratórios não necessariamente reconhecidos pelo órgão ambiental.
- ( ) Para o monitoramento deverá ser aplicado o critério de médias anuais.
- ( ) O ponto de amostragem será sempre na saída do esgoto tratado e a amostragem do tipo simples, cabendo ao empreendedor a opção de amostragem composta.
- ( ) Os valores individuais de cada parâmetro de lançamento deverão respeitar os limites da Resolução Conama 430/2011.

A sequência **correta**, de cima para baixo, é:

**A** ⇒ V – F – V – V

**B** ⇒ F – F – V – V

**C** ⇒ F – V – F – V

**D** ⇒ F – V – V – V

**Parecer:** O tema da questão tem correspondência em mais de um item do Programa de Provas: “[...]. Geração de esgoto sanitário. [...]. Regulação dos serviços de saneamento no estado de SC. Legislação ambiental”.

As legislações citadas na questão, Resolução CONSEMA nº 182/2021 e Resolução CONAMA nº 430/2011, estão em vigência e são de pertinência ao tema e ao cargo. O conhecimento sobre legislações federais não exclui o conhecimento sobre legislações estaduais, assim como o contrário também não exclui. O mesmo vale para a aplicabilidade e necessidade de atendimento às duas legislações citadas.

**Decisão:**

**Manter questão.**

## QUESTÃO 47

**Questão 47)** Com relação as classes de qualidade para as águas doces, salobras e salinas estabelecidas na Resolução CONAMA 357/2005, analise as afirmativas apresentadas a seguir:

- I** As águas de classe especial devem ter sua condição natural, não sendo aceito o lançamento de efluentes, mesmo que tratados.
- II** Considerando água doces, exceto na classe especial, são admitidos níveis crescentes de poluição, sendo a classe 1 com os menores níveis e a classe 4 com maiores níveis de poluição.
- III** Para águas doces, salobras e salinas a classe de enquadramento é definida considerando a qualidade atual da água presente no corpo hídrico.
- IV** Considerando água salobras e salinas, exceto na classe especial, são admitidos níveis crescentes de poluição, sendo a classe 1 com os menores níveis e a classe 3 com maiores níveis de poluição.
- V** Para águas doces, salobras e salinas a classe de enquadramento é definida considerando a qualidade da água necessária para atender os usos pretendidos no trecho do corpo hídrico.

Com relação às **afirmativas** apresentadas, responda:

**A** ⇒ As afirmativas corretas encontram-se apenas em I, III, IV e V.

**B** ⇒ As afirmativas corretas encontram-se apenas em I, II, IV e V.

**C** ⇒ As afirmativas corretas encontram-se apenas em II, III, IV e V.

**D** ⇒ As afirmativas corretas encontram-se apenas em I, II, III e V.

**Parecer:**

O tema da questão tem correspondência em mais de um item do Programa de Provas: “[...]. Geração de esgoto sanitário. [...]. Regulação dos serviços de saneamento no estado de SC. Legislação ambiental”.

A legislação citada na questão, Resolução CONAMA nº 357/2005, está em vigência e é pertinente ao tema e ao cargo.

**Decisão:**

**Manter questão.**

### QUESTÃO 50

**Questão 50)** O instrumento de medição que tem função de indicar e totalizar o volume de água que o atravessa e é instalado, também, em residências é chamado:

**A** ⇒ Molinete

**B** ⇒ Pluviômetro

**C** ⇒ Manômetro

**D** ⇒ Hidrômetro

**Parecer:**

A resposta correta da questão é "D" Hidrômetro. Solicita-se alteração de gabarito.

**Decisão:**

**Alterar o gabarito para letra "D".**